EXTRATO DA ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REALIZADA NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2019.

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de 2019, às 10h30min, na sala própria do Edifício do Ministério Público do Estado de São Paulo, situado na Rua Riachuelo nº 115, nesta Capital, foi realizada a sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, presentes o Procurador-Geral de Justiça, Doutor Gianpaolo Poggio Smanio, a Corregedora-Geral do Ministério Público, Doutora Tereza Cristina Maldonado Katurchi Exner, bem como os Conselheiros eleitos, nomeados na ordem decrescente de antiguidade, Doutores Walter Paulo Sabella, Ana Margarida Machado Junqueira Beneduce, Olheno Ricardo de Souza Scucuglia, Hamilton Alonso Junior, Pedro de Jesus Juliotti, Augusto Eduardo de Souza Rossini, Joiese Filomena Teoto Buffulin Salles, José Roberto Rochel de Oliveira e Eduardo Roberto Alcântara Del-Campo, desenvolvendo-se os trabalhos consoante segue registrado adiante. **1 – CONFERÊNCIA DE QUORUM E INSTALAÇÃO DA REUNIÃO** – Presentes Conselheiros em número suficiente à realização da sessão, instalou-se a reunião, sob a presidência do Procurador-Geral de Justiça, Conselheiro Smanio. **2 – LEITURA, VOTAÇÃO E ASSINATURA DA ATA** - Aprovada, sem ressalvas, a ata da 40ª Reunião Ordinária do Colegiado, ocorrida em 22 de janeiro de 2019, dispensando-se sua leitura, posto que enviada antecipadamente, a todos os Conselheiros, a respectiva minuta. **3 – LEITURA DO EXPEDIENTE E COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE** – O Conselheiro Smanio formulou votos de pesar, aprovados à unanimidade pelo Colegiado, pelos falecimentos: (a) da Senhora Deisi Thereza Sartori Iseppe, esposa do Doutor João Iseppe, Procurador de Justiça aposentado, ocorrido no dia 17 de janeiro de 2019; e, (b) do Senhor Helmut Axel Comploier, pai da Doutora Mylene Comploier, 37ª Promotora de Justiça Criminal e Coordenadora do CAEx, ocorrido no dia 24 de janeiro de 2019. **4 – COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS** – O Conselheiro Juliotti anunciou ser esta a primeira reunião do Colegiado com transmissão ao vivo, pela

rede mundial de computadores, acessível a todos os usuários da internet, com acesso direto pelo portal da Instituição, tratando-se de mais uma medida de transparência adotada no âmbito do MPSP, fato histórico que foi comentado também por outros Conselheiros. O Conselheiro Hamilton manifestou solidariedade à comunidade de Brumadinho e ao povo de Minas Gerais, diante da tragédia ocorrida na última sexta-feira, asseverando que a tristeza que nos abate gera a seguinte reflexão: “até quando haverá preponderância do capital sobre a vida humana e a natureza?”; e, afirmando que vivenciávamos, até então, críticas à fiscalização e às formalidades exigidas para o licenciamento ambiental, taxados pelos interesses econômicos de atraso ao desenvolvimento, asseverou que, diante de fatos tão lamentáveis, é momento de solidificar ainda mais nosso posicionamento, no sentido de que, as cautelas constitucionais e legais postas, se impõem como forma de adoção das melhores soluções para a sociedade e como repúdio à escolha de modelos que atendam o interesse econômico e demonizam o licenciamento ambiental, tão propalados hoje em dia. Os demais Conselheiros aderiram à manifestação de solidariedade do Conselheiro Hamilton. O Conselheiro Sabella, após discorrer sobre notícias a respeito da existência de uma “cava subaquática de lixo tóxico”, instalada na região do Largo do Casqueiro, em Cubatão, com grande potencial de dano ao ser humano e à natureza, em razão da qual tem realizado intensa pesquisa, em busca de informações detalhadas sobre tais fatos, apurando que se trata de empreendimento licenciado pela CETESB, objeto comissão parlamentar de inquérito e de ação judicial conjunta entre o MPF e o MPSP, em que houve negativa de liminar pelo Poder Judiciário, propôs ao Colegiado sejam solicitadas ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, informações detalhadas e atualizadas da atuação do MPSP em relação ao caso, a fim de que se promova discussão institucionalizada do tema, de modo a viabilizar ações que possam levar tranquilidade à

população da Baixada Santista, o que foi encampado pelo Conselheiro Presidente e aprovado à unanimidade pelo Colegiado. **5. LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ORDEM DO DIA** - Lida a ordem do dia, seguiu-se a discussão e votação das matérias dela constantes, consoante consignado adiante: **5.1.** Aprovado, à unanimidade, o pedido de afastamento formulado pelo Dr. Eduardo Ferreira Valério, 2º Promotor de Justiça de Direitos Humanos da Capital, para participação no encontro “Delitos de lesa humanidade y actores económicos”, promovido pelo Bonavero Institute of Human Rights da Universidade de Oxford, nos dias 7 e 8 de fevereiro de 2019 (Pt. 107992/18 – Relator Conselheiro Rochel). **5.2.** Aprovados, à unanimidade, os relatórios finais referentes a pedidos de afastamento autorizado por este Conselho Superior, apresentados pelos Doutores Manoel Sergio da Rocha Monteiro, 2º Promotor de Justiça auxiliar de Taubaté e Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos da Capital (Pts. 173279/16 e 46833/18 – Relator Conselheiro Hamilton); e, Christiano Jorge Santos, 7º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital – (Pt. 78955/18 – Relator Conselheiro Juliotti). **5.3.** Aprovado, por unanimidade, o relatório apresentado ao Colegiado pela Doutora Annunziata Alves Iulianello, 1ª Promotora de Justiça de Mairinque, relativo à sua tese de Mestrado, elaborada e defendida com autorização de afastamento pelo CSMP, bem como determinado o encaminhamento regimental dos respectivos exemplares à Biblioteca MPSP e à ESMP (Pt. 76033/18 – Relator Conselheiro Juliotti). **5.4.** Aprovados, por unanimidade, pedidos de autorização para residir fora da Comarca dos Doutores Renata Caldeira Costa Piccirilo Colafemina, 2ª Promotora de Justiça de Bebedouro – (Pt. 107828/18 – Relator Conselheiro Sabella); Gabriel Marson Junqueira, 3º Promotor de Justiça de Mococa – (Pt. 107919/18 – Relator Conselheiro Rochel); e, Sirleni Fernandes da Silva, 1ª Promotora de Justiça de Itaquaquecetuba – (Pt. 107920/18 – Relatora Conselheira Joiese). **6 – CIÊNCIA DE PROTOCOLADOS:** O Colegiado tomou ciência dos seguintes

protocolados: **6.1.** Pt. 4444/19 - Ofício encaminhado pelo Doutor Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos, 7º Promotor de Justiça de Falências, comunicando a instauração do IC nº 8460/18. **6.2.** Pt. 4007/19 – Ofício encaminhado pela Doutora Celeste Leite dos Santos, 47ª Promotora de Justiça Criminal da Capital, com cópia da Portaria de Instauração do PAA nº 193/19. **6.3.** Pt. 3885/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor José Fernando Vidal de Souza, 12º Promotor de Justiça de Campinas, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 9691/13. **6.4.** Pts. 3901/19 e 3926/19 – Ofícios encaminhados pela Doutora Daniele Ramia Negrão Dias Brandão, 3ª Promotora de Justiça de Mirassol, comunicando o cumprimento integral dos Compromissos de Ajustamento de Conduta firmado nos IC nº 65/09 e 69/09. **6.5.** Pt. 3915/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Luiz Antônio Miguel Ferreira, 3º Promotor de Justiça de Presidente Prudente – GEDUC, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 12/16. **6.6.** Pt. 3927/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Thiago Henrique Bernini Ramos, 1º Promotor de Ibiúna - Auxiliando a PJ de São Miguel Arcanjo, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 800/14. **6.7.** Pt. 4184/19 – Ofício encaminhado pela Doutora Fabiana Caroline Motta de Almeida, 2ª Promotora de Justiça de Registro, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 483/13. **6.8.** Pt. 4699/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Rodrigo Jimenez Gomes, 1º Promotor de Justiça de Botucatu, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 33/04. **6.9.** Pt. 4893/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Hamilton Antonio Gianfratti Junior, 1º Promotor de Justiça de Itapeva, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 113/18. **6.10.** Pt. 4629/19 – Ofício encaminhado pela Doutora Cláudia Maria Lico Habib Tofano, 1ª Promotora de Justiça de Sertãozinho – GAEMA NRP,

comunicando que o Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado no IC nº 68/09 perdeu seu objeto pela ausência de áreas de preservação permanente no imóvel rural, em razão de retificações ocorridas após sua celebração. **6.11.** Pts. 3797/19, 3799/19 e 3801/19 – Ofícios encaminhados pelo Doutor Luis Fernando Rocha, 3º Promotor de Justiça de Assis – GAEMA – NMP, comunicando o arquivamento dos PAA nº 20/18, 21/18 e 24/18. **6.12.** Pt. 4114/19 – Ofício encaminhado pela Doutora Roberta Cassandra Moraes, 3ª Promotora de Justiça de Carapicuíba, comunicando o arquivamento do PAA nº 2296/18. **6.13.** Pt. 5081/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Gustavo Yamaguchi Miyazaki, Promotor de Justiça de Palestina – designado na PJ de Macaúbal, comunicando o arquivamento do PAA nº 172/18. **6.14.** Pts. 4204/19, 4235/19, 4244/19, 4246/19, 4247/19, 4256/19 e 4262/19 – Ofícios encaminhados pelo Doutor Gustavo Roberto Costa, 3º Promotor de Justiça de Guarujá, comunicando o arquivamento dos PANI nº 747/17, 590/18, 1229/17, 6093/18, 1416/17, 1466/18 e 1433/18. **7. SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DE INQUÉRITOS CIVIS, PEÇAS DE INFORMAÇÃO E EXPEDIENTES CONEXOS** – Dando continuidade aos trabalhos, procedeu-se ao julgamento dos inquéritos civis, peças de informação e expedientes conexos pautados, sendo julgados 49 (quarenta e nove) deles pelo Pleno e 1.199 (hum mil cento e noventa e nove) pelas Turmas (607 pela 1ª Turma e 592 pela 2ª Turma), alcançando-se em tais julgamentos, num total de 1.248 (hum mil duzentos e quarenta e oito), os resultados especificados no aviso respectivo, que, publicado e arquivado em pasta própria, faz parte integrante desta. **8 - ENCERRAMENTO** - Cumprida a pauta, restou definido que a próxima reunião ordinária ocorrerá no dia 05 de fevereiro de 2019 (terça-feira), às 10h30. Nada mais havendo a relatar, eu, Olheno Ricardo de Souza Scucuglia, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata, que é também integrada por um DVD contendo áudio e vídeo integral da Sessão, o qual recebeu o protocolo nº 7519/19. Aprovada, segue assinada por mim

e pelos demais membros do Conselho Superior do Ministério Público que dela participaram.

Observações: 1-) A ata está sendo publicada por extrato, de conformidade com o que preceituam a Lei Orgânica Nacional (artigo 15, § 1º), a Lei Orgânica Estadual (artigo 35, § 3º) e o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público (artigo 14, inciso XII, item “1”; artigo 15, incisos II e XII, item “1”; e artigo 43, § 1º). 2-) A íntegra da ata será disponibilizada no *site* do Ministério Público, na área de acesso reservado aos seus membros.